



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - COMBUSTIVEIS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0763/03	DATA: 11/06/03
INÍCIO: 14h56min	TÉRMINO: 16h25min	DURAÇÃO: 01h29min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h29min	PÁGINAS: 22	QUARTOS: 18
REVISÃO: Veiga		
CONCATENAÇÃO: Graça		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CLÁUDIO NOGUEIRA - Delegado da Polícia Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção inaudível.  
Há falha na gravação.  
Há exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Ordem do Dia. A presente reunião destina-se a audiência pública com a presença do Sr. Cláudio Nogueira, Delegado da Polícia Federal. Esclareço aos Deputados e aos convidados que esta reunião está sendo gravada para posterior transmissão. Solicito a todos que fale ao microfone, para efeito de identificação junto à Taquigrafia. Regimentalmente, o convidado não poderá ser aparteado. Finda a exposição, daremos início à interpelação. Os Srs. Deputados que desejam interpelar o convidado deverão se inscrever junto à Secretaria. Convido para tomar assento à mesa o Sr. Cláudio Nogueira, que disporá de 20 minutos para sua exposição.

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Boa tarde a todos. Eu vim aqui a convite da CPI tentar mostrar um trabalho que foi realizado dois anos atrás e que, de alguma forma, tem ligação com o que está sendo investigado hoje pela CPI. Infelizmente, a gente sabe que uma das características do crime organizado é o envolvimento de pessoas do Poder Público nas organizações. Isso a gente tem identificado com uma certa facilidade e tentado, de alguma forma, reprimir essas práticas. Então, eu queria só dizer para vocês que esse trabalho tem alguma semelhança com o que está sendo investigado hoje. Mas, infelizmente, a investigação nossa que está em curso, ela ainda está em uma fase inicial que, por questões da segurança da investigação, não vai poder ser mostrada neste momento. Nós vamos mostrar apenas o que já se realizou. *(Pausa.)* Essa operação iniciou no sentido de coibir a prática de desvio de combustível que ocorria nos portos brasileiros. Certo? Bom, aqui a gente demonstra num quadro as características do crime organizado e como elas se enquadram no caso em questão. Todas essas características estão pautadas numa associação permanente para a prática de crimes. Com a investigação em si, nós tentamos alcançar os objetivos do tempo dessa atividade criminosa, descobrir diversos crimes, inclusive vários homicídios ocorridos, como se verá mais na frente, a lavagem de dinheiro, que é bem peculiar no caso, e, enfim, todos esses objetivos aí a serem alcançados. Para tanto, a gente montou uma força tarefa e contamos com apoio da Receita Federal e com a PETROBRAS, porque, boa parte do que estava ocorrendo manchava também a imagem da instituição PETROBRAS, que nos deu apoio total



para que ocorresse a operação. Aqui nós vamos mostrar algumas das modalidades de fraude que ocorriam no desvio de combustível. A PETROBRAS, através do terminal, refinaria Duque de Caxias, exporta óleo dos tipos diesel e pesado, para o abastecimento dos navios que estão aportados no País, em especial na Baía de Guanabara. Empresas como a São Miguel e a ODIN eram responsáveis, eram as empresas terceirizadas pela PETROBRAS para esse transporte. Só que parte desse óleo que abastece os navios é desviado através de barcaças de empresas que têm como objetivo simplesmente retirar o eslup, que é o óleo sujo dos navios, porque o navio, quando faz o percurso transcontinental, ele armazena uma quantidade enorme de óleo inservível. Esse óleo inservível, muitas das vezes é usado para alimentação de caldeiras, é vendido a preço ínfimo, e existem empresas especializadas contratadas pela PETROBRAS para fazer esse trabalho de limpeza dos porões do navio. Só que nós detectamos que parte dessas barcaças, balsas usadas para a retirada do eslup, na realidade teriam fundos falsos para a retirada de óleo bom e que esse óleo voltava ao mercado dentro de postos de combustíveis, distribuidoras e tudo o mais. O que vem bater com a investigação dos senhores. Como está mostrando ali, diversas mortes ocorreram em virtude disso, porque a máfia... Uma das características do crime organizado é a compartimentação e não deixar que novas pessoas entrem na estrutura do crime. E aqueles que porventura chegarem a entrar ou vão ter que aceitar as condições ou vão ser retirados de forma trágica, como ocorreu em várias ocasiões. Nós detectamos vários receptadores desse óleo, que vai ser mostrado mais à frente. Parte desse óleo, como eu disse, era para alimentação de caldeiras de indústrias e outra parte — porque existem, no caso em tela, duas modalidades de óleo, eram para postos, transportadoras, enfim, e distribuidoras de combustíveis. Aí a gente detectou, com certeza, a participação de integrantes do Poder Público em todas as esferas. Essa aí é mais uma modalidade de fraude, em que muitas das vezes o combustível que chega ao País ainda dentro dos navios é bombeado algumas das vezes com o conhecimento do comandante do navio ou do chefe da casa de máquinas, outras vezes eles são ludibriados. Mas nos países onde a renda *per capita* é menor, é muito comum que esses comandantes vendam parte desse combustível que eles economizam nas viagens. Nós detectamos, até em conversas com pessoas envolvidas na situação, que é muito



comum nesses navios aproveitarem as correntes marítimas para economizar o óleo. E esse óleo que é bombeado aqui, quando do abastecimento, retirado, o navio muitas das vezes viaja com aquela carga limitada, e já aconteceu de navios ficarem parados em alto mar por falta de combustível. Então, ele é reintroduzido ou introduzido no território nacional. Ele é transportado também através dessas barcaças. Detectamos alguns dos receptores desse combustível. Bom, aí é outra modalidade, como eu tinha falado anteriormente, seria a retirada do óleo residual, o *sludge* ou *eslup*, como eles chamam, e que utilizam de fundos falsos em barcaças onde tiram não só o óleo residual, mas também o óleo bom. E esse óleo nós tentamos detectar pontos onde ele pudesse ser depositado esse óleo, mas descobrimos que ele é pulverizado rapidamente entre navios, em pequenas embarcações e distribuidoras que ficam no entorno. Bom, são negociados para a alimentação de caldeiras, como eu disse, no caso do óleo inservível. Só que o óleo inservível na época custava 7 centavos, enquanto o outro era 70 centavos. E um era vendido pelo outro, inclusive com fraude nas notas fiscais de transporte desse combustível. Nós apreendemos vários caminhões, na ocasião, transportando o óleo bom como se fosse o óleo inservível. Aí tinha que tentar o áudio, porque é importante essa parte. Essa entrevista é de um dos investigados que, infelizmente, morreu violentamente, mesmo estando sob proteção testemunhal da Polícia Civil. A própria entrevista que ele concedeu, poucos dias antes do falecimento dele, é bastante esclarecedora a respeito de todo o esquema. Está havendo um problema no áudio.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Foi paulada. Foi lesão corporal violenta.

*(Pausa prolongada.)*

*(Segue-se exibição de imagens.)*

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Bom, realmente ele faleceu, vítima de espancamento. Estava sob a proteção da Polícia Civil no Estado do Rio de Janeiro e saiu, sem ninguém ainda desvendar o motivo da saída dele. Infelizmente, não nos propiciou a oportunidade de ouvi-lo em depoimento na investigação. Logo em seguida, quando a gente ainda investigava toda essa situação dessa máfia, nós chegamos a detectar que a próxima vítima, que vai ser passada, era um dos



mentores da maioria das mortes que ocorreram. Infelizmente, os seguranças dele conseguiram detectar um agente, que trabalhava comigo, que estava nas proximidades de um dos depósitos dele. Então, nós conseguimos desvencilhar a situação, mas a própria máfia matou um dos seus capos da organização. É o que nós vamos mostrar agora.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Bom, infelizmente a operação estava sendo mantida em sigilo, mas o Delegado da Homicídios que apurava as mortes acabou delatando que a Polícia Federal estava fazendo uma investigação paralela, o que atrapalhou substancialmente a investigação. Agora nós vamos mostrar parte da nossa investigação, acompanhando o movimento das saídas das balsas que tiravam o óleo, muitas das vezes, o óleo inservível, mas também, junto com o óleo inservível, o óleo bom, o óleo que serve para abastecimento de indústrias. Isso ocorreu na Baía de Guanabara, é só uma amostra da nossa investigação, que filmamos. Acompanhamos toda a movimentação das embarcações. Isso aí seria um navio que pertenceria a um Almirante reformado e também um empresário fortíssimo, e a gente tinha a desconfiança de que esse navio seria utilizado alguma das vezes para a retirada desse óleo. As barcaças passariam esse óleo para esse navio cargueiro e dali ele seguiria para a região de São Paulo para o abastecimento das indústrias e das distribuidoras. Aí a filmagem está ruim, porque foi feita dentro do barco, mas seria um dos pontos que nós identificamos como possível desvio por terra do combustível. Essas aí são algumas das barcaças, só para mostrar como funciona. Aí elas estão vazias, mas elas carregam por volta de 200, 300 toneladas de óleo por vez. Aí seria um ponto onde nós investigamos em que uma das empresas envolvidas teria sede. Aí já é no terminal REDUQUE, a gente acompanhando abastecimento legal. *(Falha na gravação.)* ... mostrando como que funciona o abastecimento legal. Aí seria um dos palcos dos acontecimentos, que é a Baía de Guanabara, mas ela não ocorre só no Rio de Janeiro, como os senhores verão mais para a frente. Aí na área da Baía de Sepetiba, onde funciona o Porto de Sepetiba. Aí nós identificamos também depósitos para onde era desviado parte desse óleo na Baía de Todos os Santos, em Salvador. Identificamos que o problema ocorre em vários portos do País, como os senhores podem ver. Aí é uma pequena relação, não



é taxativa, dos homicídios relacionados à máfia do óleo. Todos têm ligação direta com empresas que participam no ramo. Esse é um dos primeiros a ser identificado, era sócio da empresa COMTROL, que era uma das investigadas. E, por ter divergido dos sócios, acabou morrendo. O outro, proprietário de outra empresa, que tentou entrar no mercado, e, como era uma pedra no sapato da organização, também morreu. Esse, também sócio, foi retirado pelo grupo, matando. Esse era sócio de outra empresa, que também fazia a retirada do eslupe, e, na realidade, essa empresa era sócia de alguma forma do pai do rapaz que deu a primeira entrevista, que também foi assassinado. Esses são empregados da empresa L. Nolasco e que os corpos foram encontrados dentro de uma embarcação em circunstâncias misteriosas. Esse era marinheiro, trabalhava em outra empresa que também participa do esquema, em Vitória, no Espírito Santo. Também de forma absurda a morte dele. Um Oficial da Marinha Mercante, proprietário de outra empresa, que tentou entrar no mercado e foi retirado. Policial civil, porque nós detectamos com bastante veemência a presença nessa organização, seja por omissão ou mesmo por segurança da estrutura organizacional criminosa, do envolvimento de policiais, seja civis, militares e até federais também. O outro oficial. Esse é o pai do rapaz da primeira entrevista que morreu e imputaram, a polícia achou mais fácil na época, a Polícia Civil, imputar ao filho a morte do pai, uma vez que o filho era, infelizmente, drogado, viciado e tinha vários problemas. Mas acredito veementemente que não foi o filho que matou o pai, e, sim, a organização criminosa. Outro policial civil que também fazia parte. Esse gerente foi morto de forma misteriosa também. A viúva inclusive alega que o corpo foi encontrado dentro do carro dele na Ponte Rio/Niterói, com o laudo médico detectando infarto do miocárdio, o que a viúva não reconhece como tal, inclusive pelas características do *de cuius*, porque não apresentava sinais de inchaço, nada disso, o que é uma característica da morte por infarto. Esse é o rapaz que prestou a primeira entrevista, que morreu logo depois de estar sob proteção policial, quando resolveu falar como funcionava o esquema. Esse era segurança de Joel Nolasco, também trabalhava junto na empresa. Outro segurança. Esses homens não identificados foram falados pelo próprio pai do Vanilson que o seu próprio pai o teria matado. Esse seria um testa-de-ferro. É outra característica do crime organizado, inclusive no que os senhores estão investigando, a utilização



de testas-de-ferro de empresários no esquema. É uma característica fundamental no crime organizado a utilização de laranjas, testas-de-ferro. Esse era o presidente da única escola de samba do Rio de Janeiro que não era financiada pelo jogo do bicho, mas, sim, pela máfia do óleo. Esse era o segurança dele que estava com ele. A maioria dessas mortes ocorria através de motoqueiros e com profissionais que tinham certeza do que estavam fazendo porque os tiros eram sempre certos. Como falei anteriormente, esse rol aí não é taxativo. Existem muito mais mortes do que as que nós relacionamos aí, é apenas um exemplo para os senhores de como funcionava. Isso aí foi a apreensão que nós fizemos.

*(Segue-se exibição de imagem.)*

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - É um problema que a gente detecta, não sei se hoje já acharam uma solução para isso, mas não só para o depósito de óleo desviado, mas de armas e narcotráfico, é esse problema dos navios que ficam na Baía de Guanabara, esses navios do Lloyd Brasileiro e outros, estão lá, navios fantasmas, que são utilizados aí pela rede de criminosos, de todos os meios. Aí são apenas algumas fotografias da investigação, só para finalizar mesmo a apresentação. Bom, eu gostaria de dizer aos senhores que o que eu tenho detectado da investigação da CPI, que acho que tem sido conduzida de uma forma brilhante, apesar de não terem, de repente, o conhecimento técnico devido, mas a gente vê que está no caminho certo e que, com certeza, o problema do combustível hoje no País é tão grave quanto o do narcotráfico. E afirmo também por convicção como característica do crime organizado a infiltração no Poder Público, em todas as esferas, em todos os meios. Isso eu posso afirmar com convicção. A nossa investigação, que não tem a ver com essa que já passou, essa já está nos resultados finais do oferecimento de denúncia e possível condenação, mas as investigações que estão em curso por nós, com certeza, pretende subsidiar o trabalho da CPI, tão logo seja possível. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Vamos passar direto. Dr. Evilásio.

**O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO** - Quero cumprimentar o nosso Presidente, o nosso Relator, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Dr. Cláudio. O Dr. Cláudio faz uma exposição aqui, ao meu ver, bastante pontual, focalizou o aspecto do óleo



combustível na questão dos navios. E eu perguntaria ao Dr. Cláudio como é que andam essas apurações que datam de 2 anos atrás, ou 3. Se a CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro tomou conhecimento também, aprofundou os estudos referentes a esse caso que o senhor denuncia. E também perguntaria ao senhor da sua experiência na averiguação das questões que envolvem também álcool combustível e gasolina. Perguntaria ainda ao senhor quais as estruturas, sob o aspecto material e humano, que o senhor dispõe para desenvolver esse trabalho na sua área de atuação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - José Carlos Araújo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, Dr. Cláudio Nogueira, Srs. Deputados, fiquei feliz com a declaração do Dr. Cláudio de que a CPI está no caminho certo. Isso nos deixa com uma certa tranqüilidade, quanto ao andamento da CPI. Mas algumas coisas, eu ouvi o Dr. Cláudio aí, uma das coisas é quando ele diz que o Poder Público está envolvido em todos os níveis. Eu queria, se possível, que o Dr. Cláudio declinasse, do nível mais alto para o mais baixo, quem é, onde é, conhecimento dele, de conhecimento em todas as esferas. Foi noticiado ontem, um assessor me passou, que foi noticiado ontem na televisão que foi desbaratada uma quadrilha, com a prisão de 16 pessoas, em São Paulo, que adulteravam combustível. Segundo o noticiário, esse grupo alterava gasolina, colocando até um terço de solvente no combustível. Vendia 1 litro a 1,14 para várias distribuidoras. A gasolina era revendida a postos por 1,89. V.Sa. conhece as circunstâncias dessa operação? E quais foram os seus desdobramentos? E se nas suas investigações... Nós estamos vendo aí sobre solvente, o fabrico de solvente, nós temos visto nos depoimentos e nas apurações feitas por esta CPI que o Brasil é auto-suficiente no fabrico de solvente, mas o Brasil também importa solvente. Uma pequena parte desse solvente é destinado, na sua origem, que seria realmente o fabrico de tintas, pinturas, e esses correlatos ao solvente. Mas, parece-me que 60, 70% desse solvente, tanto o importado como o fabricado no Brasil, se destinam à mistura com combustível. No meu modo de ver, seria talvez difícil para essa CPI, com o tempo, até enxergar, chegar até lá. Mas, para a Polícia Federal, com os meios científicos que tem, com os recursos humanos que tem, talvez já tenha chegado a isso. Ou seja, mais fácil de chegar para detectar. Então, eu sugiro



inclusive ao nosso Presidente que uma forma de que a gente possa contar com o apoio da Polícia Federal em alguns casos que serão necessários na apuração da máfia do combustível. Para que essa CPI possa lograr êxito, eu acho que nós temos de ser profissionais, temos de nos profissionalizar. Na verdade, nós somos Deputados, cada um em sua profissão, mas o profissional disso está aí, ao lado do Presidente, que é o Dr. Cláudio Nogueira, que é da Polícia Federal, que pode nos auxiliar muito nessa investigação, para que nós possamos chegar ao que nós queremos, que é realmente desbaratar a máfia do combustível, não só Brasília, Rio, São Paulo, como todo o Brasil. Eu acho que o Brasil clama por isso, Presidente, e nós temos aí uma ferramenta importante na área de recursos humanos, que é um delegado da Polícia Federal, que conhece, está afeto, e conhece bem do que está fazendo. Muito obrigado. Gostaria que essas perguntas fossem respondidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Paulo Rubem.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente eu não pude assistir à exposição do Dr. Cláudio, tive que me submeter a uma consulta médica-ontondológica agora, de emergência. Mas, pela iniciativa do Presidente Carlos Santana, nós já havíamos tomado conhecimento das investigações. Eu queria destacar apenas, por outros caminhos, que quando passamos a discussão, após a lei de modernização portuária, da situação dos terminais portuários, e, aí, a permissão para que áreas de operações portuárias fossem alienadas para uso por empresas privadas, especialmente os terminais de cargas containerizadas, terminais de grãos, nós criamos um beco sem saída, na medida em que, com a operação privada, os elementos que foram apresentados pela investigação aqui relatada já começam a ser objeto de algumas denúncias em alguns portos deste País, exatamente porque, com a entrega da gestão privada a determinadas operadoras de terminais portuárias, a presença do Estado, ela reduziu-se sensivelmente. Alguns portos, eu citaria o Porto do Recife, o Porto do Mucuripe, em Salvador, em Fortaleza, o Porto de Salvador, portos de importância no desenvolvimento regional, e que tiveram grande parte de suas áreas alienadas à operação privada de grãos e de carga containerizada. Especialmente no nosso Estado, no Estado de Pernambuco, os portos do Recife e o Porto de Suape já vêm dando margem a operações que fazem com que iniciem-se denúncias de



manipulação de combustíveis, especialmente de óleo, tendo em vista a grande quantidade de navios que ficam à barra, à espera do momento adequado para a atracação, e da absoluta falta de controle da Capitania dos Portos e dos órgãos que teriam a responsabilidade de promover a essa investigação, a esse controle, no tocante a casos como esse de máfias ou de crime organizado no combustível dos navios. Eu perguntaria ao Dr. Cláudio se tomou conhecimento, no decorrer dessa investigação, e se, de lá para cá, a Polícia Federal também já chegou a ser acionada em outras Unidades da Federação, por força de casos semelhantes. Repito que nos terminais portuários onde avançou a lei de modernização portuária com a entrega dos terminais para uso de empresas concessionadas não há qualquer mecanismo de fiscalização e controle. E já há denúncias, que foram levadas, no nosso caso, à Assembléia Legislativa de Pernambuco, em relação ao Porto do Recife, até porque muitas embarcações não mais operam, ficam em determinadas áreas da barra portuária, sem qualquer tipo de fiscalização, sem qualquer tipo de acompanhamento do que se fazer com aquela embarcação. E algumas certamente podem estar servindo de depósito flutuante para esse transbordo de óleo que é roubado ou que é transferido para a terra para uso, outros fins, evidentemente da forma como pode ter sido relatado aí. Então, gostaria que o senhor talvez nos ajudasse neste sentido: se há, na Polícia Federal, outros casos como esse, em outros terminais portuários, e se há, se isso já foi objeto de inquéritos, da ação da Polícia Federal ou se apenas há ainda uma fase de conjecturas ou de apuração de eventuais denúncias que, por ventura, estejam sendo apresentadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Dr. Cláudio.

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Bom, quero dizer que o resultado da investigação que foi apresentada, ela ainda não foi concluída, primeiro, pela quantidade de documentos apreendidos, na ordem de mais de uma tonelada, entre computadores e documentos. Nós temos provas já da inclusive lavagem do dinheiro por empresas estrangeiras. Deve ser ressaltado também que é uma prática da Polícia Federal, que quando envolve determinadas operações onde exista pelo menos a suspeita de envolvimento de policiais federais da área é de bom alvitre que venha policiais de outras regiões do País. E foi o que foi feito na época dessa investigação. Ocorre que investigações dessa natureza demandam um tempo



bastante extenso. Essa investigação durou quase 2 anos. E, por incrível que pareça, por causa dessa investigação, eu acabei sendo alvo do Tribunal de Contas da União, porque disse que eu estava há quase 2 anos no Rio de Janeiro, apesar de bem documentado, de requisitado pela Procuradoria-Geral da República, ainda fui alvo de investigação do Tribunal de Contas, porque eu não deveria ter extrapolado o tempo que eu fiquei na investigação. Investigações dessa natureza é importante que se continue com as pessoas que iniciaram, para não perder o sentido dela. Inclusive, salvo engano, a revista *Veja* publicou uma matéria de que eu, na época, era um dos campeões de área do Departamento de Polícia Federal. É lógico que sim, porque eu precisava me manter no local onde estava sendo feita a investigação. Com certeza isso atrapalhou a investigação e eu fui tirado dela, no momento, logo após em que ocorreram as apreensões de toda a documentação que a gente iria avaliar. Ela continua sendo feita, a investigação, acredito que está na fase do oferecimento da denúncia e com certeza vários serão condenados. Essa seria a primeira resposta. A segunda pergunta, gostaria que repetisse.

**O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO** - Na mesma pergunta eu fiz referência as condições que disponibilizam à Polícia Federal para ações do crime organizado junto ao setor de combustível no Brasil.

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Sim, a Polícia Federal está reestruturando hoje, criando uma diretoria de combate ao crime organizado, e, com certeza, essa matéria vai ter ênfase na investigação. A gente está fazendo a investigação paralela, que certamente vamos colher frutos disso em breve. Mas, no momento, por questões da compartimentação da investigação não seria possível decliná-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - José Carlos Araújo, repete.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - A pergunta que fiz. Eu perguntei, doutor, na sua exposição, o senhor falou que detectou em todos os níveis, os agentes públicos. E como também Deputado é agente público de qualquer forma, a todos os níveis fiquei preocupado. Aí, eu gostaria que o senhor declinasse do mais alto ao mais baixo.

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Eu tenho certeza, infelizmente por questões da investigação estar numa fase inicial, essa nova investigação, certamente, a gente



não vai poder declinar nomes. Mas com certeza que há membros do Executivo e do Legislativo e do Judiciário, nas três esferas, municipal, estadual e federal.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Também do Legislativo?

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Também do Legislativo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Municipal, estadual e federal?

Outra pergunta, Presidente, eu recebi a informação e infelizmente ontem nós não pudemos assistir aos noticiários, em função de estarmos votando o aumento do servidor, aquele pequeno aumento que votei chorando, como V.Exa. mesmo comprovou. Eu não pude ver, mas ontem foi noticiado pela televisão, me passou um assessor, que uma quadrilha foi desbaratada e dezesseis pessoas foram presas em São Paulo, e essas pessoas trabalharam na adulteração de combustível. Segundo o anunciado, esse grupo adulterava gasolina e colocava até um terço de solventes, vendia o litro a 1,14 para várias distribuidoras, e a gasolina era revendida nos postos a 1,89. V.Sa. conhece a circunstância dessa operação e quais os seus desdobramentos?

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Parece que foi a mesma pergunta do nobre Deputado, o terceiro. Na realidade, precisa se esclarecer a questão da especificidade de competência. Competência nesse caso, é da esfera estadual, é da Polícia do Estado, que é adulteração de combustível, até mesmo a fraude no que se diz das notas fiscais desses combustíveis, muitas vezes a gente sabe que é muito comum, existem dois tipos de álcool e certamente, várias vezes é o álcool anidro e outro, álcool hidratado. Um tem diferença substancial de preço do outro. Muita das vezes ela é transportada com nota trocada.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Posso dar uma contribuição? Há duas questões no álcool. Um o álcool anidro, que é adquirido pelas distribuidoras para misturar na gasolina A e fazer a gasolina comercial. O que acontece também em muitos casos, como sobre o álcool anidro não há incidência de tributos, ele é comercializado como se fosse para misturar e eles adicionam 5% de água e o transformam em álcool hidratado, que também ganha uma parcela muito importante no mercado.

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Isso aí, se a gente for colocar em milhares de toneladas de combustível a gente vê o que que reverte para essas organizações



criminosas. Queria dizer o seguinte, com relação à operação de ontem, realmente nós não temos o conhecimento de como ela se deflagrou. A gente tem acompanhado os acontecimentos, trabalhando paralelamente. Mas deixo bem claro que a minha função hoje dentro do Departamento de Polícia Federal é a Coordenação de Contra-Inteligência. O que que visa essa Coordenação? É apurar o envolvimento de policiais federais com crime organizado. E com certeza que muitas das vezes a gente vê que o entrelaçamento desses policiais federais é com outros entes públicos e, daí, com empresários e setores do crime organizado. Nós temos também o conhecimento de que grandes empresas distribuidoras que também importam combustível também importam solventes, muita das vezes esse solvente já vem misturado dentro do navio ou quando eles chegam nos portos. A gente está querendo ajudar a elucidar isso aí também, se Deus quiser.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Se tem outros portos...

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Sim, com relação aos demais portos, a gente sabe que uma das práticas para diferenciar o combustível desviado dos navios, uma das práticas comuns é que o navio precisa para o balanço no mar, de uma capacidade de água que fica no balcão debaixo, e muitas das vezes é esvaziada essa quantidade de água para colocar mais óleo, aliás, enche mais de água para tirar mais óleo, porque dessa forma eles conseguem ludibriar a medição. E existe, sim, a Polícia Federal está se estruturando em todo o País, onde há portos, um núcleo de Polícia Marítima. E hoje ela tem uma ação eficaz no Rio de Janeiro, no Porto de Santos, em Florianópolis. A gente enfrenta problemas de ordem econômica e a Polícia Federal tem tentado suprir essa carência com a montagem desses núcleos de Polícia Marítima. Mas muitas das vezes a gente não tem o material necessário, que são lanchas rápidas, equipamentos precisos para detectar essas fraudes. Além do mais, a gente enfrenta um problema que está sendo sanado aos poucos, que é o nosso efetivo, que é muito pequeno para nível de Brasil, hoje cerca de 10 mil homens. É muito pouco para tomar conta da gama de atribuições que a Polícia Federal tem. Mas, dentro do possível, tem tentado colaborar com a sociedade, cumprir o seu papel, seu dever.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Bassuma.



**O SR. DEPUTADO BASSUMA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Cláudio Nogueira, é importante esse depoimento hoje aqui da Polícia Federal. Eu quero crer que, esse deve ser o entendimento do Presidente da CPI e de quem convocou, evidentemente que não vamos aqui perguntar dados nem nomes, não tem nenhum sentido, porque sabemos da necessidade da investigação acontecer no mais absoluto segredo possível, senão perde completamente a finalidade. Mas acredito que a sua presença e essas imagens não foram nem só números dados, mas palavras, mas imagens que nos chocam mais, tem esse poder, para nós tem um papel importante aqui. Acho que a Polícia Federal certamente sairá fortalecida do desdobramento desta CPI, porque ela vai ser essencial inclusive no decorrer, evidentemente tendo esse cuidado, nunca será numa audiência pública, não poderá ser com informações que tenham domínio público, dado ao caráter evidentemente absolutamente sigiloso. Mas todos sabemos que o crime organizado — e tenho dito nesta CPI, quero repetir —, de todas as modalidades de crime — que o Brasil infelizmente ostenta indicadores muito elevados, dado ao grau de impunidade dos poderosos, dos que têm poder econômico ou poder político têm ao longo das décadas se escondido atrás do manto da impunidade, esse é o grande problema que estimula isso —, mas o setor de combustíveis, pelas suas características, não vou repetir, todos conhecemos, tenho dito aqui que é o crime talvez hoje o mais organizado de todos, porque permite isso, até porque tem parcelas da sua organização que podem muito bem aparentar a legalidade, aparentar uma coisa que outros crimes não têm, como o narcotráfico não possui essa possibilidade, que permite inclusive a lavagem de dinheiro que o Dr. Cláudio também citou várias vezes, fez referência a esse processo. Queria fazer uma pergunta só na minha intervenção, Dr. Cláudio: o que que está sendo feito na Polícia Federal — sou da Bahia — a nível do Nordeste? Pegou muito o Rio de Janeiro, sei que dado ao grau de mortes que foram relacionadas aqui, que nós já conhecemos, agora mesmo, recentemente, mais um Vereador do Rio de Janeiro foi assassinado e, por coincidência, conhecido como Luiz do Posto, quer dizer, o negócio dele era dono de posto de gasolina. Foi assassinado a tiros também, crime com essas evidências a que V.Sa. se referiu aos outros, esse Vereador — esqueci o nome — que foi assassinado esta semana no Estado do Rio. Então, a minha pergunta é referente a



como é que está esse processo de investigação também no Nordeste, na Bahia. Queria ver se V.Sa. pudesse nos dar alguma notícia. E queria fazer uma pergunta depois, não pode ser colocada agora. Mas, se no decorrer das nossas reivindicações, se é possível, eu não tenho esse domínio, Presidente, aqui da CPI do Congresso, se nós podemos fazer, antes de ter as informações coletadas em depoimento público, se nós podemos solicitar, via ofício, aprovada nesta Comissão, evidentemente, uma investigação prévia já de determinado suspeito que eu tenho o nome na Bahia de envolvimento da ligação do narcotráfico com o combustível. Se isso é possível ser feito para, se depois nós podemos colocar isso para que haja um encaminhamento de uma investigação prévia. Eu não estou chamando ninguém inclusive do Nordeste e da Bahia para que a gente possa andar rápido nesta fase inicial, porque o Brasil é muito grande e temos que, realmente, essas conexões, elas não se dão só em um único setor. Então, minha pergunta, resumidamente, por enquanto, só seria como é que tem sido a organização da Polícia Federal nas investigações do Nordeste, mas específico na Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - André Luiz. *(Pausa.)* Eliseu foi embora. Luciano Zica.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Sr. Presidente, evidentemente a muitos poderia parecer num determinado momento do debate dessa questão dos combustíveis que era exagero afirmar, como afirmamos desde o início, que esse é um crime tão ou mais organizado e mais enraizado do que o narcotráfico. Um depoimento como esse do delegado Cláudio demonstra claramente que nós temos que alongar o trabalho desta CPI e tomar muito cuidado com o nosso trabalho. Muito cuidado inclusive para evitar — essa é uma área — o mascaramento do crime, porque esse é um crime que, diferentemente das gangues que assaltam ou dos traficantes que se expõem ao crime de forma mais visível, esse é um crime na maioria das vezes invisível. E até do ponto de vista técnico, muita gente fala... quando você fala misturou 30% de solventes na gasolina, as pessoas às vezes falam, mas como é que o carro agüenta? O solvente tem uma especificação muito próxima da gasolina. E não há conseqüências técnicas de um dano material rápido ao motor. Então não há uma facilidade de identificação. Evidentemente, é um crime de lesa pátria, porque mais da metade do preço da gasolina é tributo, e o solvente



não é tributado. Então, minha dúvida inclusive quando falam que o solvente vem já misturado na gasolina em alguns casos de importação é que provavelmente a importação inteira é clandestina, inclusive a de gasolina, porque quando o solvente vier, e se tiver faturado o volume do navio relativo à gasolina integralmente, não vale a pena o sujeito misturar o solvente. Então, provavelmente a coisa é mais grave ainda. Mas a minha questão, é exatamente o que queria fazer ao Dr. Cláudio, é se no andamento das investigações de que ele participou, como é que ele vê a possibilidade de a Agência Nacional do Petróleo, com o seu papel fiscalizador, e a Polícia, no seu âmbito de responsabilidade, de fiscalizar todos, se é viável imaginar a idéia de controlar todos os desembarques de graneis líquidos de combustíveis que acontecem nos portos brasileiros, porque, para mim, algumas providências legislativas que estamos tomando vão reduzir substancialmente a fraude fiscal. Mas há, na minha opinião, uma gravidade muito grande na importação clandestina. Evidentemente, que o caso dos solventes é uma demonstração. A produção de solventes que a PETROBRAS faz, ela faz a produção na medida. Ela poderia produzir 20 vezes mais solventes do que produz. No entanto, ela produz na medida da necessidade do mercado regular formal de solventes. E há um mercado 5 ou 6 vezes maior clandestino, resultante da importação. É por isso que eu queria saber dessa possibilidade da estruturação, porque para mim, como leigo, imagino que um navio com granel líquido descarregando é muito fácil de ser identificado e fiscalizado. Estou enganado ou é possível fazer essa fiscalização?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nessa rodada, o último: Deputado Nelson Bornier.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, Dr. Cláudio Nogueira, nosso convidado, eu já cheguei no meio do caminho, mas o filme que foi passado aqui foi muito sobre mais cidade do Rio de Janeiro, pós ponte, Região dos Lagos. Acredito eu que o Dr. Cláudio esteja lotado na cidade do Rio de Janeiro ou no Estado do Rio de Janeiro, em alguma Delegacia.

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Brasília.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Eu não vi nada ali a respeito de Baixada Fluminense. E nós sabemos que ali também está o grande foco, até porque a Refinaria Duque de Caxias está ali e é de onde sai realmente muita coisa que nós



conhecemos. Agora, eu gostaria de saber do senhor uma coisa: o senhor tem conhecimento de que colegas seus lotados no Estado do Rio, em especial na Baixada Fluminense, esteve envolvido na máfia do combustível?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Dr. Cláudio.

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Bom, com relação à investigação no Nordeste, em especial na Bahia, posso dizer que, na realidade, essa segunda investigação que começamos é incipiente. A gente ainda está coletando essas denúncias, essas provas que estão sendo produzidas pelas Superintendências regionais para que a gente possa analisar num contexto geral. Então, posso assegurar que ela é incipiente. Da mesma forma, no Amazonas. A Polícia Federal fez um trabalho recente, alguns dos senhores devem ter acompanhado, no Amazonas, onde prendeu uma quadrilha formada por policiais civis. Certamente também acreditamos que haja envolvimento com o problema do combustível. Eu queria esclarecer aos senhores também que eu fui pego de surpresa há dois dias atrás, salvo engano, porque alguém, em meu nome, tentou cancelar a minha audiência aqui, dizendo que eu não viria. Por que razão não sei, mas alguém tentou. Acho que o senhor tem conhecimento disso. Não sei qual o objetivo disso, mas ocorreu. Com relação a Baixada Fluminense, boa parte desse óleo que era desviado dos navios, era recepcionado por empresas da Baixada Fluminense, boa parte dela. Nós temos os nomes inclusive na investigação, que poderá ser passado. Com relação a envolvimento de policiais, com certeza que há envolvimento de policiais num contexto geral. Mas, lógico, evidente que, por questões da investigação, não pode ser levado em conta agora. Mas, no momento certo, vai ser revelado, se Deus quiser, com a prisão deles.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - A questão sobre o controle dos navios, com eventuais importações irregulares, a fiscalização, a questão que eu fiz.

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - É, isso eu não posso assegurar. Mas, com certeza, o que eu acredito que aconteça é que, quando o navio, antes de chegar no porto, antes de chegar no porto, há um encontro para essa mistura, como também, antes de chegar no porto, a gente acredita que chegue boa parte do contrabando de armas. E ali, posso assegurar com relação à Baía de Guanabara, nós temos vários meios de desviar esse produto de crime que chega ali.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Alexandre Santos.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Sr. Presidente. Dr. Cláudio Nogueira, quero parabenizá-lo e, de antemão, fazer algumas indagações. O senhor falou aí sobre a máfia do petróleo, que ela é muito situada ali no GRADI, ela tem um ponto fundamental no GRADI, onde o Castrinho, o Sérgio, onde aquela máfia toda se completa, e com o Poder Municipal, com Vereadores, poder da Polícia, de todos os setores, a Marinha também está muito envolvida nesse sistema. O que me cabe assim, às vezes, surpresa é que nós temos assim: os navios do Lloyd. A gente sabe que é armazenamento permanente deles. São navios, e que nós, a União, através de um contrato, paga a empresas para serem colocados em determinados lugares, elas ficam no meio da Baía de Guanabara, e nós ainda estamos pagando aluguel desses navios. Não seria até um momento de nós pedirmos aí ao nosso Relator para se ater um pouco nisso e tomarmos uma providência? Vamos afundar logo esse navio, vamos vender como sucata, vamos fazer alguma... Mas não podemos ficar pagando aluguel. Eu acho que nós podemos aqui... Ou pedir à Marinha que fique sob guarda permanente dela, já que está explícito que ela é instrumento de crime. Portanto, eu quero aqui... O senhor falou aqui num navio que tinha um comandante e um grande empresário que eram os donos. O senhor poderia dizer qual é o empresário e qual é a empresa dele?

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Devido ao tempo que ocorreu, eu não lembro aqui no momento a empresa, mas um era um Almirante aposentado e o outro era o filho do ex-Presidente Figueiredo.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - O ex-Presidente Figueiredo?

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - É, o filho dele, Paulo Figueiredo.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Porque o combustível, ele está envolvido no jogo de bicho, no narcotráfico e na criminalidade como um todo. Estou falando porque essas pessoas que nós temos conhecimento, que é público e notório, que é público e notório — o problema todo é que é público e notório —, continuam, não param, e a gente não tem sequer qual é a direção que nós vamos tomar, já que a Polícia Federal faz algumas demandas, daqui a pouco sai fora, ou quando ela chega, pela própria informação dos próprios elementos, já chega com tanque lavado.



**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - É o que ocorreu...

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Nós estamos chegando... Nós vamos ver... Nós estamos indo lá para aplaudi-los, que o trabalho está muito bem feito por sinal. Deixar tanque lavado é difícil. O senhor teria... Eu acho que o senhor teria algumas informações que poderiam ser muito úteis, que não poderiam ser explícitas aqui, mas que poderiam ser repassadas — quais empresas, quais elementos que estão em andamento — , para que a CPI aqui pudesse imediatamente fazer andamento de algumas ações, como quebra de sigilo de algumas empresas grandes que estão embutidas nesse setor, para que nós pudéssemos avançar um pouco. Eu pediria ao senhor se todas as informações possíveis passasse ao Presidente e o Presidente passasse ao Relator e aos componentes da Comissão que se interessassem. Parabéns. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Próximo, Rogério Silva.  
(*Pausa.*) Não se encontra. Paes Landim.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** - Sr. Presidente, eu me encontrava na Comissão de Reforma Política e não acompanhei todo o depoimento do ilustre Delegado. Eu queria apenas aqui fazer uma ponderação, uma pergunta, baseada, Sr. Presidente, numa informação das agências noticiosas de ontem quando diz o seguinte, o título: “Polícia descobre cartel de falsificação de combustível por movimentar 1 milhão de dólares por dia no Brasil”. Aí vem em cima: “A Polícia Civil descobriu em São Paulo a maior quadrilha de falsificação de combustível já descoberta no Brasil, com mais de 60 pessoas envolvidas, a quadrilha tinha refinarias clandestinas, uma rede de 18 postos sem bandeira e movimentava em torno de 1 milhão de dólares por dia com alteração de 1,5 milhão de litro de gasolina também por dia. Essa alteração — depois explica a notícia — é feita através de solvente.” Então, quer dizer, esse é um aspecto importante e acho que a CPI, Presidente, além da preocupação com o que o ilustre Delegado aqui acabou de afirmar, uma preocupação com o problema da evasão fiscal da maior gravidade, mas o cidadão comum sobretudo... Quando visitei agora o sertão do Piauí e souberam que eu estava na CPI dos Combustíveis várias perguntas me fizeram exatamente sobre alteração. Quer dizer, o cidadão comum espera um pouco também que a gente invista, investigue aqui o problema da alteração, porque isso



atinge o bolso dele lá no interior. Então, acho que a CPI tem que se concentrar além da evasão, nesse problema do solvente, que é da maior gravidade. E esse problema de São Paulo aqui, acho que o Presidente da CPI, o ilustre Deputado Carlos Santana, devia até tomar informações mais precisas. Evasão, essa falsificação, esse problema de solvente, parece que são fatores importantes e não podemos também descuidar. Então, eu não sei se o ilustre Delegado estava ciente dessa descoberta, ontem, em São Paulo dessa quadrilha. Era só essa pergunta que eu faria a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Próximo, Eduardo Gomes.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** - Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Cláudio Nogueira, Delegado da Polícia Federal, e faço, Sr. Presidente, apenas uma indagação, porque, como disse ontem, nesses dias de CPI foi importante descobrir que não há crise no sistema, simplesmente não há sistema, e nem há crise na cadeia, porque simplesmente não há cadeia. São encontrados irregularidade e crime em praticamente todos os pontos. Então a minha pergunta seria no sentido de saber da Polícia Federal como ela interpreta a relação e o trabalho da Agência Nacional do Petróleo, dos sindicatos. Então, uma relação, dando uma visão geral não só da questão do Rio de Janeiro, mas como levantou o próprio Deputado André, da Amazônia, e de outros Estados brasileiros, no sentido de se a Polícia Federal já tem um diagnóstico mais propositivo no sentido de quais são os maiores problemas, se há um trabalho de estudo e essa não é a função da Polícia, mas, tendo em vista o contato direto com esses problemas, se há alguma sugestão no sentido de auxiliar esta CPI, porque, no ritmo de destaque por distribuidora, por posto ou por crime, são centenas, senão milhares, de crimes cometidos num só setor, num só segmento. Então, a minha pergunta é no sentido de se há no trabalho de inteligência da Polícia dados conclusivos da Polícia Federal no sentido de identificar dentro da cadeia quais são os elementos, mas também, principalmente, quais são as sugestões e onde está a brecha nesse problema todo de evasão, de adulteração, na relação com o crime organizado e qual é o apoio que tem tido dos outros entes da cadeia, na barreira de fiscalização, da Agência Nacional do Petróleo, dos Fiscos estaduais, dos Auditores Federais. Que tipo de apoio a Polícia Federal tem encontrado e qual o apoio que a Polícia Federal tem encontrado no próprio Ministério da Justiça para o desenvolvimento do seu trabalho nesse segmento?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Dr. Cláudio.

**O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO** - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Só tem mais um inscrito aqui, sou eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então, vai. Edison Andrino.

**O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO** - Primeiramente, eu gostaria de pedir desculpas pelo atraso, mas também participava de outra Comissão, e, provavelmente, o que eu vou perguntar aqui, se já foi perguntado, não precisaria, é claro, me responder. Mas gostaria de saber do Delegado, primeiro seria acrescentar alguma coisa que foi dito aqui pelo meu antecessor. Na realidade, esse é um tipo de crime que, de uma maneira geral, todos sabem que acontece. Não é uma coisa que é feita meio camuflada. O caminhão é enorme, os postos estão ali vendendo, todo mundo conhece as distribuidoras. Então, a princípio, é um crime fácil de você pegar. Então, gostaria de saber aqui do Delegado da Polícia Federal quais são as parcerias que já foram feitas da Polícia Federal com as Secretarias de Segurança dos Estados da Federação onde acontecem esses crimes, qual o envolvimento da PETROBRAS, também em processo de parceria com a própria Polícia Federal, Agência Nacional do Petróleo. Se há um trabalho integrado da Polícia Federal com a PETROBRAS, com a Agência Nacional do Petróleo, com as Secretarias de Segurança dos Estados e que V.Sa. nos diga se isso, na sua maneira de ver, é um problema de legislação ou é falta de fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Com a palavra o Dr. Cláudio.

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Vou tentar lembrar aqui as perguntas. O nobre Deputado ali especificou bem a região do GRADI, que, realmente, boa parte da operação ocorreu lá. É um absurdo, realmente, que até hoje esses navios do Lloyd brasileiro estejam acostados ali na Baía de Guanabara, porque eles são um excelente esconderijo para a criminalidade. Infelizmente parece que esbarra em questões políticas e legais para o afundamento desses navios, porque tem a questão do meio ambiente também. A gente torce, desde a época que nós fizemos esse trabalho, para que haja celeridade nesse processo, e seria uma boa oportunidade os senhores cobrarem isso, porque realmente aquilo ali é um antro da criminalidade. Com relação, acho que vou responder um pouco à pergunta de cada



um dos senhores... Nós temos, sim, procurado apoio com as outras entidades. Mas queria esclarecer novamente que o meu papel, na realidade, é o combate à corrupção, ao envolvimento de Policiais Federais no crime organizado, não especificamente o problema do combustível. Então, nós temos plena convicção de que boa parte do combustível que é apreendido, na realidade, existe um acordo, um acerto entre as instituições, de forma que os laudos acabam sendo adulterados e o combustível acaba ficando como legal. Isso infelizmente ocorre. Existe problema sério de corrupção, de envolvimento das entidades fiscalizadoras, seja a Polícia, sejam fiscais, tudo mais. Temos que tentar provar. Por isso que às vezes apesar do volume não é fácil comprovar realmente que aquele produto é ou não o que consta na nota fiscal. Certo? Com relação à ciência da apreensão em São Paulo, tomei ciência, sim, mas eu disse...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Dr. Cláudio, antes do senhor entrar nessa pergunta, o senhor não quer voltar um pouquinho a essa outra, para explicar direito como é essa história, para que a gente possa entender melhor.

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Eu acredito piamente, e pretendo, na investigação, conseguir um meio de prova nesse sentido, de que o problema é grande também no setor de fiscalização. Ou seja não só ANP, a própria Polícia que se omite algumas das vezes, polícias em todas as esferas, acredito eu, no seu dever de atuação. E, possivelmente, quando um caminhão é apreendido, existe possibilidade de acertos. Como acredito piamente também que alguns empresários do setor já pagam um referido valor para que os caminhões não sejam importunados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu quero...

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Só mais um detalhe. Perguntou qual que seria de repente alguma solução para isso. Não sei, acho que todos nós estamos buscando isso. Mas eu acho que tem que ser revista muito essa questão do ICMS, da cobrança do ICMS, e de alguns decretos governamentais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu queria agradecer a presença do Dr. Cláudio e demonstrar que para nós foi de muita... Foi uma audiência curta, mas muito objetiva. Já fizemos várias audiências aqui e muitas se alongaram a tarde toda e não foi tão objetiva. Eu quero que o Dr. Cláudio seja um



porta-voz nosso, da nossa Comissão. Nós precisamos da ajuda da Polícia Federal. Aqueles Deputados que queiram mais informação para entrar com requerimento para nós podermos encaminhar o mais rápido possível para Polícia Federal, nós já encaminhamos alguns. Mas precisa agora nós encaminharmos outros requerimentos. É importantíssimo para nós a gente verificar, quer dizer, a ineficiência de todo o sistema, de todo o sistema que a gente está vendo hoje. Eu acho que a parte nossa, enquanto legislador, nós vamos fazer. Mas na ponta a gente hoje tem dificuldade, porque a gente está vendo que hoje há uma grande desestruturação de todo setor. Então, Dr. Cláudio, quero, assim, agradecer. Sei do seu trabalho, sei do seu empenho, não só você como os outros Delegados da Polícia Federal. Quero agradecer a vir a contribuir para essa Comissão. E mais nada. Quero convidar amanhã, nós temos reuniões, uma audiência pública com o Secretário de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça, Sr. Daniel, a partir das 10 horas, no mesmo plenário, no mesmo plenário, que é importante que vai trabalhar conosco a questão dos cartéis organizados no preço do combustível no Brasil todo. Obrigado, Dr. Cláudio.

**O SR. CLÁUDIO NOGUEIRA** - Eu agradeço a paciência dos senhores, aí, ficar me ouvindo e agradeço, em especial, ao Deputado Carlos Santana pela confiança depositada. Prometi a ele ajudá-lo no que for possível, apesar da especificidade da investigação e não ser ela o objetivo maior da minha coordenação. Mas, no que for possível, eu vou ajudar não só o nobre Deputado aqui, mas principalmente a sociedade brasileira para extirpar do nosso meio essa organização criminosa que está cada vez mais crescente no envolvimento com o combustível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu queria encerrar a nossa sessão. Quem quiser, ainda nós vamos ter uma prosa com o Dr. Cláudio, na informal. Obrigado e até amanhã, às 10 horas.

Está encerrada a sessão.